

Conselheiros insistem em ganhar muito

SÃO PAULO — Os conselheiros do Tribunal de Contas do Município (TCM) não abrem mão de seus elevados salários e decidiram brigar na Justiça para evitar que a Câmara Municipal de São Paulo consiga reduzi-los, informaram ontem o Presidente do TCM, Ivan Gualberto do Couto, e dois conselheiros ao Presidente da Câmara, Eduardo Suplicy, depois de duas horas e 40 minutos de uma reunião classificada como tensa.

A saída do encontro, realizado no TCM, Suplicy anunciou que a Câmara encaminhará representação à Procuradoria Geral da República para que os conselheiros revelem o valor de seus salários brutos, o que têm se recusado a fazer. Na sexta-feira, o Presidente do TCM enviou ofi-

cio à Câmara, relacionando apenas os valores líquidos, entre CZ\$ 251.762,31 a CZ\$ 337.230,99 (o do Presidente).

As divergências entre a Câmara e o TCM sobre os salários se devem a interpretações diferentes em relação à legislação que deve regulamentar a questão. De acordo com a Lei Orgânica do Município, adotada como parâmetro pela Câmara, os salários do TCM não podem ultrapassar o salário bruto da Prefeita Luiza Erundina, de CZ\$ 292.324,03. Os conselheiros afirmam que seus salários são legais porque atendem à Constituição Estadual que lhes assegura o direito de receber o equivalente aos desembargadores do Estado.

Para neutralizar o prin-

cipal argumento jurídico utilizado pelos conselheiros, Suplicy disse que a Câmara encaminhará representação à Procuradoria Geral da República solicitando que esse artigo da Constituição Estadual seja julgado ilegal por ferir a autonomia municipal. Ele ouviu como resposta do Conselheiro Paulo Planet Buarque — um dos cinco presentes à reunião — uma ameaça: já que Suplicy estava jogando pôquer, os conselheiros também tinham como trunfo uma última carta.

Suplicy e os conselheiros do TCM marcaram duas reuniões de trabalho para tratar do controle integrado que Câmara, Prefeitura e TCM devem realizar sobre as despesas da administração pública.